

roteiro e orientação dos professores da(s) turma(s);

III. regência de classe como atividade de aprendizagem à iniciação profissional, orientada por teorias da aprendizagem para responder às demandas da prática pedagógica, com a presença do professor da disciplina e do Professor Orientador;

IV. participação em projetos de pesquisa e de aprendizagem de interesse da escola, sob orientação do Professor Orientador, para investigar ou implementar/experimentar situações próprias do processo ensino-aprendizagem;

V. seminários temáticos, minicursos e oficinas para alunos, professores, pais ou outros funcionários da escola, orientados pelo Professor Orientador e acompanhados pelo Tutor de Estágio.

Art. 9º No desempenho de suas atividades, o estudante poderá ter acesso aos espaços disponíveis na escola, como salas de aula, biblioteca, laboratórios, auditórios, quadra esportiva, dentre outros.

CAPÍTULO III

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 10. Incumbe à SEDU:

I. exercer a coordenação geral do Programa no seu âmbito de atuação, por meio de sua unidade central ou por meio de delegação aos seus órgãos regionais;

II. mobilizar as escolas públicas estaduais para a efetiva implementação do Programa;

III. prestar apoio técnico e logístico necessário às escolas campo de estágio;

IV. autorizar a participação de pedagogos e professores em função pedagógica da escola campo como Tutores de Estágio;

V. providenciar o estabelecimento de convênio com as Instituições de Ensino Superior que oferecem curso de formação de professores para a realização do estágio;

VI. receber e analisar a adesão das escolas com os quantitativos de vagas para a oferta de estágio;

VII. divulgar as vagas para o estágio indicadas pelas escolas pelo site da SEDU e demais veículos de comunicação;

VIII. firmar parcerias com as IES para oferecimento de cursos de formação continuada;

Parágrafo único. Compete à Gerência de Formação do Magistério/SEDU exercer a coordenação geral do Programa.

Art. 11. Incumbe à Escola Campo, por meio de sua Direção:

I. preparar os docentes e demais funcionários para o trabalho com o estagiário;

II. organizar as oportunidades de estágio no interior da unidade escolar;

III. acolher o estagiário e promover sua integração na escola;

IV. divulgar, no seu âmbito co-

munitário de atuação, as oportunidades de estágio;

V. incluir nas atribuições do pedagogo e/ou do professor em função pedagógica, mediante autorização da SEDU, o acompanhamento das atividades dos estagiários, funcionando como Tutor(es) de Estágio;

VI. elaborar, em conjunto com a Instituição de Ensino Superior - IES e o estagiário o Plano de Estágio;

VII. implementar o novo currículo da educação básica;

VIII. facilitar a participação do(s) estagiário(s) nas atividades que constituem o cotidiano escolar, compreendendo o ensino, a gestão escolar, o relacionamento com as famílias e comunidade, dentre outras;

IX. supervisionar o cumprimento e a qualidade das atividades programadas;

X. oferecer ao estagiário condições físicas e ambientais que favoreçam o desenvolvimento de suas atividades e sua aprendizagem;

Parágrafo único. Incumbe ao Tutor de Estágio, especificamente:

I. coordenar as atividades do estagiário na Escola Campo;

II. promover a mediação entre o estagiário, os professores e demais pessoas envolvidas;

III. organizar e desenvolver reuniões de avaliação das atividades do estágio com a participação de: estagiários, Professor Orientador de Estágio, professores da Escola Campo, diretor e demais profissionais de interesse;

IV. facilitar a participação do estagiário nas atividades da escola;

V. elaborar com o Professor Orientador e o estagiário o Plano de Estágio;

VI. acompanhar o estagiário no desenvolvimento das atividades do estágio, prestando-lhe a assistência necessária;

VII. elaborar e encaminhar os Relatórios do Estágio à direção da escola;

VIII. sugerir alterações nas atividades do estagiário, sempre que necessário;

IX. fornecer à direção da escola informações sobre o desempenho do estagiário;

X. realizar, periodicamente, a avaliação do estágio, reorientando em acordo com o professor da IES, se necessário, as atividades;

XI. outras atribuições pertinentes.

Art. 12. Incumbe à Instituição de Ensino Superior, por meio do Professor Orientador:

I. orientar os estudantes em todos os aspectos relacionados ao seu ingresso e permanência ativa nas atividades de estágio;

II. elaborar, em conjunto com a Escola Campo e o estagiário, o Plano de Estágio;

III. acompanhar a execução do

estágio, articulando-se com o Diretor, Pedagogo e Tutor do Estágio;

IV. realizar, junto aos estudantes e à Escola Campo, avaliação periódica do estágio e do desempenho dos estudantes;

V. celebrar termo de compromisso com o estudante e com a Escola Campo, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

VI. indicar Professor Orientador da área a ser desenvolvida no estágio como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. As Instituições de Ensino Superior participantes do Programa incluirão no Plano de Trabalho que integra o Convênio, celebrado com a SEDU, oportunidades de formação continuada dos profissionais da Escola Campo, com base em uma política definida em conjunto com a Secretaria e escolas.

Parágrafo único. Os eventos de formação continuada serão programados, ouvidos os profissionais a serem abrangidos, podendo-se oferecer vagas, como alunos especiais ou ouvintes, nos cursos regulares da IES e constarão do convênio a ser estabelecido.

Art. 14. A realização do estágio curricular não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza-

za e se dará mediante termo de compromisso celebrado entre o Estagiário, a Escola Campo e a Instituição de Ensino Superior, o qual conterá, dentre outros itens:

I. identificação e assinatura do estagiário, do órgão ou entidade concedente e da instituição de ensino, nome do curso e nível de escolaridade do estagiário;

II. menção de que o estágio não acarretará vínculo empregatício;

III. carga horária semanal máxima;

IV. duração do estágio, obedecido o período mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 24 (vinte e quatro) meses;

V. atividades a serem realizadas;

VI. obrigação de cumprir as normas disciplinares do Estágio e de preservar o sigilo das informações a que tiver acesso no órgão.

VII. contratação do seguro contra acidentes pessoais de que trata o inciso IV do Art. 9º da Lei nº 11.788/2008, a ser assumido, preferencialmente, pela Instituição de Ensino Superior.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Anchieta, em Vitória, aos 11 dias de agosto de 2010; 189º da Independência; 122º da República; e, 476º do Início da Colonização do Solo Espírito-santense.

PAULO CESAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

DECRETO Nº 2565-R, DE 11 DE AGOSTO DE 2010

Introduz alterações no RICMS/ES, aprovado pelo Decreto n.º 1.090-R, de 25 de outubro de 2002, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 91, III, da Constituição Estadual;

DECRETA:

Art. 1.º O Anexo III do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação do Estado do Espírito Santo - RICMS/ES-, aprovado pelo Decreto n.º 1.090-R, de 25 de outubro de 2002, fica alterado na forma do Anexo I deste Decreto.

Art. 2.º O Anexo Único do Decreto n.º 4.357-N, de 10 de novembro de 1998, passa a vigorar na forma do Anexo II que integra este Decreto.

Art. 3.º A vedação de que trata o Anexo II deste Decreto não se aplica às operações com as mercadorias a que se refere, cuja Declaração de Importação - DI - for registrada no Sistema Integrado de Comércio Exterior - Siscomex, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, até 31 de agosto de 2010.

Art. 4.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1.º de setembro de 2010.

Palácio Anchieta, em Vitória, aos 11 de agosto de 2010, 189.º da Independência, 122.º da República e 476.º do Início da Colonização do Solo Espírito-santense.

PAULO CESAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

BRUNO PESSANHA NEGRIS
Secretário de Estado da Fazenda

VISITE NOSSO SITE www.dio.es.gov.br

ANEXO I DO DECRETO Nº 2565-R, DE 11 DE AGOSTO DE 2010.

**"ANEXO III
(a que se refere o art. 10 do RICMS/ES)**

**DO DIFERIMENTO
HIPÓTESES E CONDIÇÕES**

- ITEM**
- 38 O lançamento e o pagamento do imposto incidente nas operações de importação, do exterior, de olivina, código NCM 2617.90.00, realizadas por estabelecimento industrial importador localizado neste Estado, observado o disposto na nota n.º 9, ficam diferidos para o momento em que ocorrer:
- I - a saída para outra unidade da Federação; ou
- II - a saída tributada interna ou interestadual do produto resultante de sua industrialização.
- 39 O lançamento e o pagamento do imposto incidente nas operações de importação, do exterior, de bobinas laminadas a frio, códigos NCM 7209.16.00, 7209.17.00 e 7209.18.00, realizadas por estabelecimento industrial importador localizado neste Estado, ficam diferidos para o momento da subsequente saída tributada.

" (NR)

NOTAS:

9. Para efeito do diferimento de que trata o item 38, não será exigido o valor do imposto referente à obrigação tributária diferida, em caso de exportação de produto resultante de sua industrialização, quando utilizado como insumo por estabelecimento industrial situado neste Estado." (NR)

ANEXO II DO DECRETO Nº 2565-R, DE 11 DE AGOSTO DE 2010.

"ANEXO ÚNICO DO DECRETO N.º 4.357-N, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1998

LISTA A QUE SE REFERE O ART. 3.º DA LEI N.º 4.761, DE 18 DE JANEIRO DE 1993,
E O ART. 1.º DO DECRETO N.º 3.708-N, DE 14 DE MAIO DE 1994,
BASEADA NA NOMENCLATURA COMUM DO MERCOSUL - NCM.

CÓDIGO NCM	MERCADORIAS
2617.90.00	Olivina
7209.16.00	Produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado, de largura igual ou superior a 600mm, laminados a frio, não folheados ou chapeados, nem revestidos, em rolos, simplesmente laminados a frio, de espessura superior a 1mm mas inferior a 3mm
7209.17.00	Produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado, de largura igual ou superior a 600mm, laminados a frio, não folheados ou chapeados, nem revestidos, em rolos, simplesmente laminados a frio, de espessura igual ou superior a 0,5mm mas não superior a 1mm
7209.18.00	Produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado, de largura igual ou superior a 600mm, laminados a frio, não folheados ou chapeados, nem revestidos, em rolos, simplesmente laminados a frio, de espessura inferior a 0,5mm
	" (NR)

DECRETO Nº 2566-R, DE 11 DE AGOSTO DE 2010.

Introduz alterações no RICMS/ES, aprovado pelo Decreto n.º 1.090-R, de 25 de outubro de 2002.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 91, III, da Constituição Estadual;

DECRETA:

Art. 1.º Os dispositivos abaixo relacionados do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação do Estado do Espírito Santo - RICMS/ES, aprovado pelo Decreto n.º 1.090-R, de 25 de outubro de 2002, passam a vigorar com as seguintes alterações:

I - o art. 83:

"Art. 83.

§ 3.º-A. Os contribuintes do imposto obrigados à Escrituração Fiscal Digital - EFD - deverão utilizar o CIAP, conforme modelo previsto no Ajuste Sinief 02/09, destinado à apuração do valor do crédito a ser mensalmente apropriado, observado o disposto no art. 758-A, § 5.º.

§ 5.º O disposto no § 4.º não se aplica aos contribuintes que efetuarem a escrituração do CIAP por meio de escriturado fiscal digital - EFD." (NR)

II - o art. 543-I:

"Art. 543-I.

§ 7.º O emitente da NF-e deverá encaminhar ou disponibilizar download do arquivo da NF-e e seu respectivo protocolo de autorização de uso ao destinatário e ao transportador contratado, imediatamente após o recebimento da autorização de uso da NF-e (Ajuste Sinief 08/10).

" (NR)

III - o art. 543-J:

"Art. 543-J. O contribuinte deverá emitir Danfe, conforme leiaute estabelecido no Manual de Integração-Contribuinte, para acompanhar o trânsito de mercadorias acobertado por NF-e ou para facilitar a consulta da NF-e (Ajuste Sinief 08/10).

§ 3.º O Danfe utilizado para acompanhar o trânsito de mercadorias acobertado por NF-e será impresso em uma única via (Ajuste Sinief 08/10).

" (NR)

IV - o art. 543-K:

"Art. 543-K. O emitente e o destinatário deverão manter a NF-e em arquivo digital, sob sua guarda e responsabilidade, pelo prazo previsto para a guarda dos documentos fiscais, mesmo que fora da empresa, devendo ser disponibilizado para a SEFAZ, quando solicitado, no prazo previsto para a apresentação dos documentos fiscais (Ajuste Sinief 08/10).

" (NR)

V - o art. 543-L:

"Art. 543-L. Quando, em decorrência de problemas técnicos, não for possível transmitir a NF-e ou obter resposta à solicitação de Autorização de Uso da NF-e, o contribuinte poderá operar em contingência, gerando arquivos com indicação deste tipo de emissão, conforme definições constantes do Manual de Integração-Contribuin-

te, mediante a adoção de uma das seguintes alternativas (Ajuste Sinief 08/10):

§ 15. É vedada a reutilização, em contingência, de número de NF-e transmitida com tipo de emissão normal (Ajuste Sinief 08/10)." (NR)

VI - o art. 543-O-A:

"Art. 543-O-A. Após a concessão da autorização de uso da NF-e de que trata o art. 543-I, durante o prazo estabelecido no Manual de Integração-Contribuinte, o emitente poderá sanar erros em campos específicos da NF-e, observado o disposto no art. 7.º, §1.º-A, do Convênio Sinief s/n.º, de 1970, por meio de Carta de Correção Eletrônica - CC-e transmitida à SEFAZ (Ajuste Sinief 08/10).

" (NR)

VII - o art. 758-A:

"Art. 758-A.

§ 2.º

VI - CIAP.

§ 5.º A utilização da EFD para escrituração do CIAP, será obrigatória a partir de 1.º de janeiro de 2011.

" (NR)

VIII - o art. 758-I:

"Art. 758-I.

§ 2.º Consideram-se escriturados os livros e o documento de que trata o art. 758-A, § 2.º, no momento em que for emitido o recibo de entrega.

" (NR)

IX - o art. 758-Q:

"Art. 758-Q.

II - os arts. 63, § 1.º, 64, 65, 67, 68 e 70, §§ 6.º a 8.º do Convênio Sinief s/n.º, de 1970, em relação aos livros e ao documento de que trata o art. 758-A, § 2.º, deste Regulamento.

" (NR)

Art. 2.º O RICMS/ES fica acrescido do art. 1.105, com a seguinte redação:

"Art. 1.105. Até 31 de dezembro de 2010, a SEFAZ poderá autorizar o PAFS de que trata o art. 729, § 6.º, quando os formulários se destinarem à impressão de Danfe, sendo permitido aos contribuintes utilizarem os formulários autorizados até o final do estoque